

**Rodrigo Alan Elleres Moraes**

# **FURTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

**Aspectos  
Jurídicos e Desafios**

Curitiba  
Juruá Editora  
2025

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	15
1.1 ALGUNS DADOS HISTÓRICOS SOBRE O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.....	15
1.2 A COMPOSIÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO .....	15
1.3 O PACOTE ANTICRIME E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS NO SETOR ELÉTRICO.....	16
1.4 A RESOLUÇÃO 1.000/2021 DA ANEEL .....	17
1.5 CONCEITOS DE PERDAS.....	18
1.6 O CUSTO DAS PERDAS NA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA .....	19
1.7 A IMPORTÂNCIA DO COMBATE ÀS PERDAS NÃO TÉCNICAS/FURTO DE ENERGIA .....	20
1.8 PERDAS NO BRASIL.....	20
1.9 O <i>RANKING</i> DE COMPLEXIDADE DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA .....	20
1.10 AS PRINCIPAIS NORMAS REGULAMENTADORAS (NRs) DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA E AS NBR ELABORADAS PELA ABNT.....	21
1.10.1 Norma Regulamentadora nº10 ou “NR-10”.....	21
1.10.2 Norma Regulamentadora nº12.....	23
1.10.3 NR-35 – Das Atividades em Altura .....	24
1.10.4 NBR – 5410 da ABNT – Instalações Elétricas de Baixa Tensão .....	27
1.11 DO COMBATE ÀS PERDAS .....	28

1.12	POR QUE DEVEMOS COMBATER COM RIGOR O FURTO DE ENERGIA?.....	28
1.13	DESAFIOS DOS PRINCIPAIS AGENTES DE COMBATE AO FURTO DE ENERGIA .....	30
1.14	INICIATIVAS INTERESSANTES QUE DERAM CERTO NO COMBATE ÀS PERDAS NÃO TÉCNICAS.....	33
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>		<b>35</b>
2.1	FURTO DE ENERGIA X ESTELIONATO .....	35
2.2	A DIFERENÇA ENTRE IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA E IRREGULARIDADES CRIMINAIS .....	37
2.3	A APLICAÇÃO ADEQUADA DAS QUALIFICADORAS DO ART. 155, § 4º, DO CPB .....	37
2.4	O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA SE APLICA AO FURTO DE ENERGIA E ESTELIONATO?.....	40
2.5	A MERA ALEGAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA POR CURTO TEMPO PERMITE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA?.....	42
2.6	A QUALIFICADORA CONCURSO DE AGENTES IMPEDE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA?.....	43
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>		<b>47</b>
3.1	O PAPEL DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NO PROCESSO CRIMINAL ....	47
3.2	EM QUE MOMENTO O ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO PODE SER ADMITIDO?.....	47
3.3	O ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO PODE ARROLAR TESTEMUNHAS?.....	48
3.4	A POSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DE DEPOIMENTO DE POLICIAIS NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.....	49
3.5	PODE O ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO INTERPOR RECURSO NOS CRIMES DE FURTO DE ENERGIA?.....	49
3.6	OS DIREITOS DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO .....	50
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>		<b>53</b>
4.1	A POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO DO PREJUÍZO FINANCEIRO EM ANPP.....	53

4.2	A ANPP PODE SER APLICADA NA AÇÃO DE INICIATIVA PRIVADA? ....	56
4.3	A LEI QUE INSTITUIU A ANPP DEVE RETROAGIR? .....	56
4.3.1	A ANPP Gera Direito Subjetivo para o Investigado? .....	60
4.4	DÉBITO NEGOCIADO ANTES DA DENÚNCIA E DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA EXTINGUE A PUNIBILIDADE? .....	62
4.5	HIPÓTESE DE VEDAÇÃO DE ANPP AO INVESTIGADO.....	65
<b>CAPÍTULO 5</b> .....		67
5.1	DA AUDIÊNCIA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO .....	67
5.2	QUAIS OS REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO? .....	67
5.3	O NÃO OFERECIMENTO DE ANPP GERA NULIDADE PROCESSUAL? .....	70
5.4	TESES RECENTES E RELEVANTES DO STJ ACERCA DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO .....	71
5.5	ENTENDIMENTOS RELEVANTES DO STF SOBRE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: .....	74
5.6	OS <i>SURSIS</i> PODEM SER REVOGADOS APÓS O PERÍODO DE PROVAS?.....	75
<b>CAPÍTULO 6</b> .....		77
6.1	DA FIANÇA .....	77
6.2	OS LIMITES PARA APLICAÇÃO DE FIANÇA PELO DELEGADO.....	77
6.3	A IMPORTÂNCIA DE SE FIXAR O VALOR DA FIANÇA E OS LIMITES LEGAIS .....	78
6.4	A MERA ALEGAÇÃO DO PRESO DE QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE PRESTAR A FIANÇA.....	78
6.5	A FIANÇA SERÁ SEMPRE RECOLHIDA EM DINHEIRO? .....	80
6.6	A FINALIDADE DA FIANÇA .....	80
6.7	DA REPARAÇÃO DO PREJUÍZO FINANCEIRO À VÍTIMA EM CASO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA.....	81
6.8	A PROPORCIONALIDADE E A RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DA FIANÇA.....	82

6.9	VALOR DA FIANÇA.....	82
6.10	DISPENSA DE FIANÇA.....	83
6.11	REFORÇO DA FIANÇA.....	83
6.12	DESTINAÇÃO DA FIANÇA.....	84
6.13	CASSAÇÃO DA FIANÇA.....	85
6.14	QUEBRAMENTO DA FIANÇA.....	85
6.15	PERDA DA FIANÇA.....	86
<b>CAPÍTULO 7</b>	.....	<b>87</b>
7.1	A INDENIZAÇÃO FIXADA EM SENTENÇA CRIMINAL E A AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i> .....	87
7.2	EM QUE SITUAÇÕES A CONCESSIONÁRIA NÃO PODERÁ COBRAR A REPARAÇÃO DO PREJUÍZO FINANCEIRO?.....	87
7.3	O FATO DO RÉU TER SIDO ABSOLVIDO DO FURTO DE ENERGIA OU ESTELIONATO, A VÍTIMA (CONCESSIONÁRIA) PODERÁ AJUIZAR AÇÃO NO CÍVEL?.....	88
7.4	QUAIS AS OUTRAS SITUAÇÕES EM QUE A CONCESSIONÁRIA PODE PROPOR AÇÃO NO CÍVEL?.....	88
<b>CAPÍTULO 8</b>	.....	<b>89</b>
8.1	A IMPORTÂNCIA DE UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA NO COMBATE AO FURTO DE ENERGIA E ESTELIONATO.....	89
8.2	A IMPORTÂNCIA DE PERITOS QUALIFICADOS PARA A EXECUÇÃO DAS PERÍCIAS CRIMINAIS.....	89
8.3	CONEXÃO CLANDESTINA E CLIENTE COM IRREGULARIDADE.....	90
8.4	O QUE É O TOI – TERMO DE OCORRÊNCIA DE INSPEÇÃO E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA NO SETOR ELÉTRICO?.....	91
8.5	O TOI SERVE PARA COMPROVAR A MATERIALIDADE DO CRIME DE FURTO DE ENERGIA?.....	92
<b>CAPÍTULO 9</b>	.....	<b>95</b>
9.1	O PROJETO DE LEI QUE LIMITA O REPASSE DAS PERDAS NÃO TÉCNICAS AO CONSUMIDOR.....	95

---

<b>CAPÍTULO 10</b> .....	97
10.1 A COMPOSIÇÃO DA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA.....	97
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	101
11.1 O DIREITO AMBIENTAL E O SETOR ELÉTRICO.....	101
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	103
12.1 AS LIDES TEMERÁRIAS NO SETOR ELÉTRICO.....	103
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	107